

# **RELATÓRIO EVIDENCIANDO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM PARECER ATINENTE À ADMINISTRAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL, EXERCÍCIO 2023, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º. INCISO III, B DA RESOLUÇÃO 1.134/20; RESOLUÇÃO 1.142/2021; e IN 18/2021 DO TCE/RS**

O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, representado pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, nos termos da Lei Municipal nº. 3.631/2012 e alterações; da Constituição Federal art. 31 e 74; da Resolução 1.134/2020, art. 2º, Inciso IV, alínea b; e nos termos das demais resoluções acima elencadas, discorre:

## **I – Controle e Responsabilidades**

- a) Os membros da Unidade Central de Controle Interno do Município foram nomeados conforme portaria nº 84/SG/2017 e portaria nº 003/SG/2020;
- b) A responsabilidade pelo Sistema de Controle Interno do Município cabe à Administração do Executivo Municipal com base na legislação acima referida;
- c) A responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e solidariamente pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no município, Executivo e Legislativo, nos termos do que dispõe a Carta Magna no parágrafo 1º do art. 74;
- d) A responsabilidade da Unidade Central do Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, entidades e poderes, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à auditoria de verificação dos controles já instituídos.

## **II – Atividades da Unidade Central de Controle Interno**

A Unidade Central de Controle Interno no exercício financeiro de 2023, no que se refere ao Poder Executivo, realizou, entre outras, as seguintes atividades:

- Acompanhamento da execução orçamentária;
- Verificação e acompanhamento quanto à classificação e utilização dos limites dos créditos orçamentários;
- Acompanhamento na aplicação constitucional de gastos com educação e saúde;
- Acompanhamento da classificação contábil das contas financeiras, patrimoniais e de controle;
- Acompanhamento do inventário do Almoxarifado e Patrimônio;
- Verificação da Integração dos Tributos e Dívida Ativa com a Contabilidade;
- Acompanhamento das receitas e despesas, bem como verificação quanto aos lançamentos por Transferências e Recursos Vinculados;
- Acompanhamento nas adequações do Plano de Contas Aplicado à Administração Pública;
- Acompanhamento da folha de pagamento e despesas com pessoal;

- Acompanhamento do vencimento das férias, convocações de férias e Licença Prêmio vencidas e não gozadas;
- Acompanhamento das Obrigações por Competência: 13º Salário, Férias e Licença Prêmio;
- Verificação de diárias e adiantamentos;
- Verificação no que se refere à idoneidade dos documentos;
- Verificação dos processos de licitações e execução de contratos - Licitacon;
- Verificação e orientação em todas as secretarias, nas mais diversas áreas e assuntos;
- Verificações dos convênios firmados entre o Município e as OSC's, através da Lei 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, bem como as Prestações de Contas;
- Verificações dos contratados de repasses e convênios do Governo Federal através do SICONV;
- Verificações através do sistema de controle de frotas do município: monitoramento do consumo de combustíveis, diário de bordo e manutenção;
- Atendimentos ao TCE/RS nos pedidos de informações, questionários e denúncias, bem como auxílio nas auditorias in-loco;
- Verificação e assinatura nos processos de aposentadorias (SAPIEM);
- Verificação e assinatura dos contratos temporários (SIAPES);
- Verificação e assinatura de admissões por Concurso (SIAPES/WEB);
- Verificação e assinatura na Prestação de Contas ao TCE/RS (SIAPC-PAD);
- Assinatura na Folha de Pagamento (RDI);
- Elaboração e assinatura da Manifestação Conclusiva do Controle Interno (MCI);
- Acompanhamento e assinatura do SICONFI referentes dados enviados para STN;
- Elaboração mensal de relatórios de atividades encaminhados para o Prefeito Municipal;
- Elaboração de Relatórios referente ao Encerramento do Exercício;
- Verificações documentais do Legislativo;
- Relatório do Legislativo Municipal em separado.

### **III – Manifestação conclusiva sobre o cumprimento da Lei Complementar 101/2000, com ênfase no previsto nos incisos II a VI do art. 59 da referida norma.**

#### **I – Atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias**

As metas previstas no PPA 2022/2025 foram realizadas na maioria de acordo com o previsto no que diz respeito em específico ao exercício de 2023: as ações foram executadas em conformidade com o disposto na LDO e de acordo com o planejamento no transcorrer do exercício que se refere, cabe salientar que ocorrem também situações supervenientes que alteram as metas e prioridades dos serviços públicos, o que ocasiona a modificação, ou até o adiamento de alguns projetos para outro exercício financeiro.

As metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023 deram base para o orçamento do Executivo no ano. Em análise por esta UCCI, foram cumpridas conforme Lei Orçamentária Anual do Exercício:

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### Total do Orçamento Consolidado Atualizado com Suplementação e Redução

Orçamento inicial previsto no exercício de 2023 (consolidado) foi de **R\$ 350.000.000,00** (Trezentos e cinquenta milhões), e com as suplementações resultou em **R\$ 428.960.056,04**, (Quatrocentos e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta mil, cinquenta e seis reais e quatro centavos).

A Receita efetivamente arrecadada em relação à previsão atualizada no orçamento de 2023 foi no valor de **R\$ 391.840.502,48**, (Trezentos e noventa e um milhões, oitocentos e quarenta mil, quinhentos e dois reais e quarenta e oito centavos), representando 11.95% a maior que o inicialmente previsto demonstrado abaixo:

### Receita Prevista/Realizada

<b>Dotação Inicial da Receita Prevista Consolidada</b>	<b>350.000.000,00</b>
Dotação Atualizada da Receita Consolidada	428.960.056,04
Arrecadação da Receita Consolidada	391.840.502,48
Arrecadação da Receita Consolidada a maior	<b>41.840.502,48</b>
Dotação Inicial da Receita Prevista no Executivo	290.000.000,00
Dotação atualizada Executivo	355.910.056,04
Arrecadação da Receita do Executivo	325.357.892,90
Arrecadação a maior que a prevista	<b>35.357.892,90</b>
<b>Receitas Correntes Prevista no Executivo</b>	<b>255.609.000,00</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	283.698.417,46
Receitas Correntes Arrecadada a maior	<b>28.089.417,46</b>
<b>Receita de Capital Prevista no Executivo</b>	<b>34.391.000,00</b>
Receita de Capital Arrecadada	41.659.475,44
Receita de Capital Arrecadada a maior	<b>7.268.475,44</b>
<b>Dotação Inicial Prevista do Legislativo</b>	12.000.000,00
<b>Dotação Inicial da Receita Prevista no RPPS</b>	60.000.000,00
Arrecadação da Receita do RPPS	66.482.609,58
Arrecadação maior que a prevista	<b>6.482.609,58</b>

A Receita Arrecadada no Exercício de 2023 superou a previsão inicial em R\$ 41.840.502,48, (quarenta e um milhões, oitocentos e quarenta mil, quinhentos e dois mil e quarenta e oito centavos); **a receita corrente** arrecadada no exercício de 2023 superou a receita prevista em R\$ 28.089.417,46, (vinte e oito milhões, oitenta e nove mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e seis centavos); e **a receita de capital** superou a prevista no valor de R\$ 7.268.475,44 (sete milhões, duzentos e sessenta e oito

mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos). **Sendo assim**, verificamos aumento na Receita Corrente Arrecadada e na Receita de Capital, esta, pela liberação de valores referente Operações de Créditos.

A dotação prevista para o RPPS foi de 60.000.000,00 (sessenta e milhões) e a arrecadação foi de 66.482.609,58, sendo arrecadada a maior 6.482.609,58 (seis milhões e quatrocentos e oitenta e dois reais, seiscentos e nove mil e cinquenta e oito reais).

### **Despesa Prevista/Realizada**

A dotação da despesa inicial prevista no exercício de 2023 foi no valor de R\$ 350.000.000,00, (trezentos e cinquenta milhões) e atualizada no valor de R\$ 428.960.056,04 (quatrocentos e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta mil, cinquenta e seis reais e quatro centavos), a despesa empenhada na prefeitura foi de R\$ 366.428.741,37 (trezentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e quarenta e um reais e trinta e sete centavos) e a despesa liquidada no valor de R\$ 345.272.427,31 (trezentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos, incluindo o Superávit Financeiro e todos os Recursos Vinculados, conforme quando abaixo:

<b>Valores Município Consolidado</b>	
Total Dotação Despesas Inicial	350.000.000,00
Total Dotação Atualizada	428.960.056,04
Total Empenhado	366.428.741,37
Total liquidado	345.272.427,31
<b>Superávit Financeiro</b>	<b>33.602.921,78</b>
<b>Valores Prefeitura</b>	
Dotação inicial Prevista	278.000.000,00
Dotação atualizada	355.910.056,04
Despesa Empenhada no Exercício	307.746.932,41
Despesa Liquidada no Exercício	286.607.299,75
<b>Superavit Financeiro</b>	<b>17.610.960,49</b>
<b>Valores do RPPS</b>	
Despesa Inicial Prevista	60.000.000,00
Dotação Atualizada	61.050.000,00
Despesas Empenhadas	66.482.609,58
Despesas Liquidadas	50.486.763,09
<b>Superavit Financeiro</b>	<b>15.991.961,29</b>
<b>Despesa Corrente Inicial Prevista Prefeitura</b>	
Dotação Atualizada	211.573.500,00
Despesas do Exercício Empenhada	270.312.219,74
Despesas do Exercício Liquidadas	260.504.912,96
	256.491.448,65

<b>Despesa de Capital Inicial Prevista Prefeitura</b>	57.426.500,00
Dotação Atualizada	85.597.836,30
Despesas do Exercício Empenhadas	47.242.019,45
Despesas do Exercício Liquidadas	30.115.851,10

## BALANÇO PATRIMONIAL

### Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido

RES ACUMULADO EXERCÍCIO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Consolidado	(353.511.021,90)	1.429.281.901,51
Prefeitura	(361.907.418,81)	528.051.608,56
RPPS	8.396.396,91	901.230.292,95

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Resultado Patrimonial no Exercício 2023	
Consolidado	(35.492.399,06)
Prefeitura	(37.713.734,42)
RPPS	2.221.335,36

## II – Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar

### Operações de Crédito

De acordo a LRF 101/2000, art. 54, e alínea “d” do inciso I, art 55, demonstrado através do Relatório (modelo nove) demonstrativo dos limites – RGF. Nas Operações de Crédito Internas e Externas, foram comprometidos os valores de R\$ 605.842,69(seiscentos e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos), representando 0,22% e atendendo o limite legal máximo conforme resolução do Senado Federal nº. 43/2001, artigo 7º é de 16%. Não foram utilizados Operações de Crédito por Antecipação de Receita – ARO.

### Inscrição em Restos a Pagar

De acordo com a LC 101/2000, art 54, e alínea “b”, inc. III art 55 foram inscritos no encerramento do exercício de 2023, em Restos a Pagar Processados no valor de R\$ **23.956.598,74**, (Vinte e três milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), valor inscrito em Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 38.773.341,97 (Trinta e oito milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e quarenta e um reais e noventa e sete centavos) com suficiência financeira.

### **III – Medidas adotadas para o retorno das despesas total com pessoal ao respectivo limite, nos termos do art. 22 e 23 da LRF**

Atendendo a LRF 101/2000, art 54, e alínea “a”, inciso I, art 55, o índice apurado no exercício de 2023 foi de **51,86%**, da receita corrente líquida, incidindo no limite prudencial – LRF, parágrafo único, art. 22.

GASTOS COM DESPESAS DE PESSOAL	
Total RCL	R\$ 276.978.159,92
Totais Despesas c/pessoal	R\$ 143.652.637,68
Despesas com Pessoal em Percentual	51,86%

Cabe salientar que o acréscimo referente ao índice de gastos com despesas de pessoal, deriva das alterações e modificações promovidas pela L.C. 178/2020, que alterou os arts. 18 19 e 20 da LRF/2001, bem como, o disposto no Anexo VI, da Portaria nº 1.467/2022, que trata sobre o déficit e equilíbrio financeiro dos fundos em capitalização dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, e os ofícios Circulares do TCE/RS 45/2022 e 03/2023 que promovem medidas obrigatórias a serem cumpridas pelos municípios, **onde a alíquota suplementar passou a contar índice de despesas com pessoal a partir de janeiro de 2022**. Executivo dentro do Limite Prudencial.

### **IV – Providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites**

Atendendo a LRF 101/2000, art. 54, e alínea “b”, inciso I, art. 55. Houve aplicação deste inciso sobre a receita corrente líquida o valor de R\$ 4.172.192,62 (quatro milhões, cento e setenta e dois mil, cento e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos), representando 1,49% no comprometimento da dívida, previstos no Inciso III do parágrafo 1º do art. 59 da LRF e Inciso II do art. 3º da Resolução 40/2001 do Senado Federal.

### **V - Destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta lei Complementar:**

No exercício de 2023 houve ingresso de recursos obtidos com alienação de ativos no valor de R\$ 1.044.470,91 (Hum milhão, quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e um centavos) aplicados conforme previsto na legislação, assim atendidas às disposições previstas na Constituição e na Lei Complementar 101/2000.

### **DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS**

Referente à regularidade e tempestividade das Conciliações Bancárias, conferem de acordo as verificações realizadas e a emissão do Boletim de Tesouraria.

### **DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS DOS AGENTES PÚBLICOS**

A guarda referente às Declarações de Bens e Renda dos Agentes Públicos está de acordo o exigido na Resolução TCE/RS, nº 963/2012 e realizado pela Unidade de Pessoal.

## **DA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS, SEUS RESULTADOS E PROVIDÊNCIAS**

De acordo com as Atas de Encerramento do Inventário de Bens no exercício de 2023, entregues a UCCI, as mesmas foram elaboradas atendendo ao art. 96 da lei 4.320/64. Na Demonstração das Variações Patrimoniais, verificamos a Valorização e Ganhos/Desvalorização e Perda de Ativos, com Resultado Patrimonial no período de R\$ -35.492.399,06 (Trinta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, trezentos e noventa e nove reais e seis centavos).

## **DA CONFIABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

O Município possui integração dos diversos sistemas que compõe as informações com o Sistema Contábil, atendendo todas as exigências legais e pertinentes, as quais são mensalmente conferidas e ajustadas com base em decisões e configurações que se fizerem necessário em relação às informações.

## **DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DO TCE/RS NO EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INDEPENDENTE DO ANO DO PROCESSO**

Foram atendidas e cumpridas no exercício de 2023 as Decisões do TCE/RS.

Santo Ângelo, RS, 01 de fevereiro de 2024.

Iloide Maria Hentges  
Contadora CRC/RS-064603/0-4  
Coordenadora UCCI

**PARECER ATINENTE À ADMINISTRAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL,  
NOS TERMOS DO ARTIGO 2º. INCISO III, B DA RESOLUÇÃO 1.134/2020;  
RESOLUÇÃO 1.142/2021 e IN 18/2021 DO TCE/RS**

Em nossa análise, diante da atuação dos controles internos levados a efeito pela Unidade Central de Controle Interno - UCCI, sobre a execução orçamentária, financeira e contábil, referente ao atingimento das metas estabelecidas, no que diz respeito às contas do Exmo. Senhor Prefeito Municipal, durante o exercício de 2023, representaram adequadamente, em seus valores relevantes a posição de 31 de dezembro de 2023, de acordo com os demonstrativos acima e demais documentos contábeis levantados.

O Executivo também cumpriu com os demais quesitos quanto à regularidade e confiabilidade das demonstrações: Conciliações Bancária; Inventário de Bens Patrimoniais; Demonstrações Contábeis; Cumprimento das Decisões de Tribunal de Contas prolatadas no exercício correspondente; da Guarda das Declarações de Bens e Renda.

Diante do exposto, confere-se a regularidade dos registros.

Santo Ângelo, RS, 01 de fevereiro de 2024.

Iloide Maria Hentges  
Contadora CRC/RS-064603/0-4  
Coordenadora UCCI